O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

O OSCAR DO COOPERATIVISMO VAI PARA...

A CAPA da ***Agroanalysis*** deste mês tem algo de atípico. Mas, a explicação é direta: Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio (GV Agro), da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP), foi agraciado com o Distinguished Service Award, o "Oscar" do cooperativismo mundial. Roberto é uma figura atípica, assim como a nossa capa. Algumas pessoas se tornam importantes, porque galgam altos cargos públicos. Outras, como o Roberto, representam o caso inverso: são exponenciais (nacional e internacionalmente) e, por isso mesmo, atingem as posições mais elevadas. Neste momento de dificuldades por que passa o Brasil, é bom estar entre os líderes do "Baile de Gala". A seção Agrodrops traz informações mais detalhadas sobre esta honraria.

Embora haja diversas incertezas sobre a economia brasileira, com relação à inflação existe um claro consenso: pela primeira vez desde 2003, o aumento dos preços ficará acima da margem de tolerância do regime de metas de inflação, de 6,5%. De acordo com a mediana das projeções do mercado monitoradas pela Pesquisa Focus do Banco Central, a inflação acumulada ao longo de 2015 deverá girar ao redor de 8,0%. Além disso, o mercado acredita que nem em 2016 a inflação voltará ao centro da meta (4,5%), conforme prometido.

A tarefa de retomar o crescimento da economia brasileira é extremamente desafiadora. Apenas corrigir os desequilíbrios macroeconômicos via ajuste fiscal não irá resolver os graves problemas estruturais da economia brasileira. A limitação do fator trabalho e o baixo crescimento da Produtividade Total dos Fatores (PTF) requerem uma agenda ampla de aumento da produtividade da economia. Esta agenda passa por ações que abrangem a qualificação do capital humano, o aumento do investimento e a melhoria do ambiente de negócios. O primeiro conjunto de ações envolve uma política de formação educacional e profissional do trabalhador brasileiro – seus resultados tendem a aparecer somente no longo prazo. O segundo está ligado ao aumento da poupança doméstica e à atração de investimento estrangeiro direto – nesse aspecto, o aumento da confiança dos investidores dá-se com a bem-sucedida implementação do ajuste. Já o terceiro relaciona-se à melhora do ambiente de negócios, abrangendo questões tributárias e burocráticas, além da abertura da economia para aumentar a sua competição e a escala.

No agronegócio, a expectativa é de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015, mas a acomodação dos preços internacionais das *commodities* e o menor crescimento da renda agrícola devem impactar o resultado das vendas de insumos para produção. Outro fator importante é a desvalorização do real em relação à moeda americana. Como a maioria dos defensivos e dos fertilizantes é importada, o dólar mais caro aumenta o custo da produção em real. Com o custo mais alto e a perspectiva de receita baixa, o produtor deverá investir menos na lavoura. Especificamente no caso dos defensivos, um terceiro fator deve, ainda, impactar negativamente as vendas: o tempo mais seco. Nessas condições, há uma redução na incidência de fungos e, consequentemente, uma menor procura por agroquímicos.

O Decreto nº 24.114, de 1934, base da política fitossanitária nacional, necessita de uma urgente revisão, por estar desconectado da realidade

da agricultura nacional. Para que se estabeleça uma gestão pública eficiente, é preciso promover a integração dos diversos atores interessados, principalmente o produtor rural, e definir indicadores para a avaliação do desempenho do setor. Ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) cabe uma posição de coordenador das ações que compõem a grande política fitossanitária no Brasil. Estima-se que apenas os insetos considerados pragas causem perdas anuais de US$ 12 bilhões para a economia brasileira.

Em tempo de definição do confinamento bovino, para que o investimento nesta atividade se torne atrativo, será necessário uma valorização nos preços da arroba no segundo semestre. Uma valorização de 5% em relação aos R$ 150,22 por arroba de hoje significa uma rentabilidade de 10% para o pecuarista que não faz o ciclo completo, ou seja, aquele que precisa comprar o boi magro no mercado. Um retorno de 20,0% seria atingido neste ano com a arroba vendida por R$ 172,00 em São Paulo, ou seja, uma valorização de 14,5% em relação aos preços atuais – a rentabilidade média do confinamento em 2014 foi de 18,5%. No entanto, para que esse cenário de valorização da arroba se concretize, a demanda por carne bovina precisará aumentar, o que será difícil de ocorrer no contexto econômico atual.

Para a indústria de carne, a situação está ainda mais complicada. Neste momento, o mercado futuro indica R$ 156,00 para o preço da arroba em outubro de 2015. Neste nível, a margem do frigorífico que não desossa seria de 3,6%, resultado muito abaixo da média dos últimos cinco anos, de 15,0%.

Por fim, a crise hídrica continua a ser uma fonte de debate e preocupação para o agronegócio. *Workshop* realizado pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) analisou o tema sob diversos prismas. O Brasil precisa tomar consciência de que a água é um recurso finito. A questão da burocracia foi colocada no centro das críticas, como ponto de atenção para as políticas públicas. Entre as soluções urgentes para minimizar os efeitos da reduzida oferta de água, aparece a revegetação das Áreas de Preservação Permanente (APPs). ■

